



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2025-1					
PROFESSOR(ES)					
Luciano de Araujo Ferraz					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIR879					
TEMA					
Temas de Direito Administrativo					
SUBTEMA					
Controle Consensual da Administração Pública: Instrumentos de consenso administrativo e solução de conflitos					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Sgunda-feira	19:00 22:30	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	

EMENTA
Evolução dos Sistemas de Controle da Administração Pública Administração. Mudança de paradigma: controle sansão X controle consensual. Métodos de solução extrajudicial de conflitos. 1 – Administração Pública e Controle 2 – Controle e Legalidade e Constitucionalidade 3 – O Controle interno e externo. 4 – Moralidade Administrativa e improbidade administrativa 5 – Controle e Segurança Jurídica 6 — Controle consensual da Administração Pública • Termos de Ajustamento de Conduta (TAC); • Termos de Ajustamento de Gestão (TAG); • Suspensão do processo administrativo disciplinar (SUSPAD) e Ajustamento Disciplinar; • Acordos Substitutivos, • Acordos de leniências. 8 – Métodos de Solução Consensual de conflitos aplicáveis à Administração Pública

BIBLIOGRAFIA
1. ALFARO, Normam José Solórzano. Notas para una crítica del principio da legalidade, Revista Crítica Jurídica, n. 19, Jul./Dez., 2001.
2. ARAÚJO, Florivaldo Dutra. Motivação e controle dos atos administrativos. Belo Horizonte: Del Rey 1997.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

3. COSTA, Antônio França da. Termo de Ajustamento de Gestão: busca consensual de acerto na gestão pública. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, jun./set., 2014, acesso em <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/2824.pdf>
4. FAGUNDES, Miguel de Seabra. Controle da Administração Pública pelo Poder Judiciário, 3. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1967.
5. FERRAZ, Luciano. A César o que é de César: Contornos e Perspectivas do Controle Interno da Administração Pública. In: Cristiana Fortini; Miriam Mabel. (Org.). Mecanismos de Controle Interno e sua Matriz Constitucional. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, v. 1, p. 41-47.
6. FERRAZ, Luciano. Controle Consensual da Administração e Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, n. 4, Ano XXV, 2007.
7. FERRAZ, Luciano. Controle da Administração Pública: elementos para a compreensão dos Tribunais de Contas, Belo Horizonte, Mandamentos, 1999.
8. FERRAZ, Luciano. Segurança Jurídica Positivada: interpretação, decadência e prescritibilidade. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-22-JUNHO-2010-LUCIANO-FERRAZ.pdf>
9. FERRAZ, Luciano. Termo de Ajustamento de Gestão e o alerta do art. 59, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dez anos depois. In: CASTRO, Rodrigo Pironte Aguirre de. Lei de Responsabilidade Fiscal: ensaios em comemoração aos 10 anos da Lei Complementar n. 101/00. Belo Horizonte: Fórum. 2010.
10. GOMES, Ana Cláudia Nascimento. O Poder de Rejeição de Leis Inconstitucionais pela Autoridade Administrativa no Direito Português e no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.
11. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Entre independência institucional e neopatrimonialismo: a distorção da doutrina do promotor natural. In: RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (Coord.). Ministério Público: reflexões sobre princípios e fundações institucionais. São Paulo: Atlas, 2010.
12. MORAES, Germana de Oliveira. Controle Jurisdicional da Administração Pública, 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2004.
13. OTERO, Paulo. Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade, Coimbra: Almedina, 2003.
14. RODRIGUES, Geisa de Assis. Ação Civil Pública e Termo de Ajustamento de Conduta: Teoria e Prática, Rio de Janeiro: Forense, 2002.
15. ZANCANER, Weida. Da Convalidação e da Invalidação dos atos administrativos, 2. ed., São Paulo: Malheiros, 1993.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Indicados na bibliografia

INFORMAÇÕES ADICIONAIS